

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO LEI 14.133/2021
ART 75 – II – BENS E SERVIÇOS COMUNS

DESTINADA A AMPLA PARTICIPAÇÃO

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº049/2026 - - PROCESSO Nº 090/2026
DISPENSA COM DISPUTA ELETRÔNICA - §3º ART. 75-II – Lei 14.133/21

VALOR ESTIMADO GLOBAL DE CONTRATAÇÃO: R\$19.092,10

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item

MODO DE DISPUTA: Modo aberto

Início de credenciamento e acolhimento de propostas: 07/08/2026 às 08h00

Limite de credenciamento e acolhimento de propostas: 17/08/2026 às 07h59

Data e hora da fase de lances: 17/08/2026 de 08h00 às 14h00

OBJETO: AQUISIÇÃO DE REDUÇÕES CONCÊNTRICA E EXCÊNTRICA EM AÇO E VÁLVULA DE RETENÇÃO PARA SISTEMA DE RECALQUE DA ETA-V A ETA-IV / PRESÍDIO / DISTRITO INDUSTRIAL / CAMPO ALEGRE / UNIFAL / SERRAS ALTAS.

Prazo de entrega: 30 DIAS a contar do recebimento da autorização de fornecimento / prestação dos serviços.

Local de entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL - Rua Sebastião Thomás de Oliveira, 176 - bairro Santa Rosália - CEP 37.704-083.

Agente de Contratação: TIAGO DE ARAÚJO SOARES – PORTARIA 19/2025

Contato e esclarecimentos: www.ammlicita.org.br ou www.licitardigital.com.br ou pelo e-mail: tiago@dmaepc.mg.gov.br ou telefone (35) 3697-0600 - ramal 7021.

ÍNDICE

TERMO DE DISPENSA ELETRÔNICA.....	2
RESUMO - DISPENSA DE LICITAÇÃO LEI 14.133/2021	12
ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA	15
ANEXO II - MODELO DECLARAÇÃO ENQUADRAMENTO	27
ANEXO III – MINUTA DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO	28

TERMO DE DISPENSA ELETRÔNICA

Torna-se público, que o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), sediado na Rua São Paulo, 642, Centro, Poços de Caldas – MG realizará Dispensa de Licitação, na hipótese do Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/21 e demais legislações aplicáveis.

A presente Dispensa de Licitação Eletrônica será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Federal nº 8.078/1990, Decreto Municipal nº 14.226/2023, Decreto Municipal nº 14.486/2024 e respectivas alterações.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente Dispensa de Licitação é a **AQUISIÇÃO DE REDUÇÕES CONCÊNTRICA E EXCÊNTRICA EM AÇO E VÁLVULA DE RETENÇÃO PARA SISTEMA DE RECALQUE DA ETA-V A ETA-IV / PRESÍDIO / DISTRITO INDUSTRIAL / CAMPO ALEGRE / UNIFAL / SERRAS ALTAS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência em anexo.

Item/ Seq.	Descrição	Und	Quantidade
1	VÁLVULA DE RETENÇÃO - PORTINHOLA DUPLA TIPO WAFER DN 200 PN 16 - VÁLVULA DE RETENÇÃO - PORTINHOLA DUPLA TIPO WAFER DN 200 PN 16 - Com disco de poliuretano - Montagem entre flanges. Modelo Sugerido: Klazar.	PÇ	2,00
2	REDUÇÃO CONCÊNTRICA DN 100 X 65 FF (FLANGE FLANGE) - PN16 - L=0,30 M, EM AÇO 1020, COM PINTURA EM EPÓXI - REDUÇÃO CONCÊNTRICA DN 100 X 65 FF (FLANGE FLANGE) - PN 16 - L=0,30 M, EM AÇO 1020, COM PINTURA EM EPÓXI FLANGES PADRÃO: ANSI B16.1 125lb	UN	2,00
3	REDUÇÃO EXCÊNTRICA COM FLANGES DN 300 X 100 - PN 10 - L=0,38 M, EM AÇO 1020, COM PINTURA EM EPÓXI - REDUÇÃO EXCÊNTRICA COM FLANGES DN 300 X 100 - PN 10 - L=0,38 M, EM AÇO 1020, COM PINTURA EM EPÓXI. FLANGES PADRÃO: ANSI B16.1 125lb	PÇ	2,00
4	REDUÇÃO CONCÊNTRICA COM FLANGES DN 250 X 80 - PN 16 - L=0,225 M, EM AÇO 1020, COM PINTURA EM EPÓXI - REDUÇÃO CONCÊNTRICA COM FLANGES DN 250 X 80 - PN 16 - L=0,225 M, EM AÇO 1020, COM PINTURA EM EPÓXI. FLANGES PADRÃO: ANSI B16.1 125lb	PÇ	2,00

1.2. A contratação será por Dispensa de Licitação, para efeito de elaboração de proposta, deverão ser observadas as respectivas especificações e quantidades descritas no termo de referência.

1.2.1. Não serão permitidas alterações no descritivo dos itens.

1.3. O critério de julgamento adotado será **Menor Preço Por Item**, observadas as exigências contidas neste Termo quanto às especificações do objeto.

1.4. As despesas decorrentes da presente Dispensa de Licitação serão custeadas pela(s) seguinte(s) dotação(es) orçamentária(s):

Red.	Dotação Orçamentária	Conta Econômica	Descrição
1525	04.02.01-4490.51.00-17.512.1702-5.002	OBRAS E INSTALAÇÕES	SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
1538	04.02.01-3390.30.00-17.512.1702-6.002	MATERIAL DE CONSUMO	ATIVIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENGENHARIA - SPE
1543	04.02.01-3390.30.00-17.512.1702-6.003	MATERIAL DE CONSUMO	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SPE - SISTEMA DE ESGOTO

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante o acesso ao Sistema de Dispensa Eletrônica integrante da plataforma AMM Licita (Licitar Digital), disponível no endereço eletrônico <https://app.ammlicita.org.br/login/> ou <https://licitar.digital/fornecedor/>.

2.2. Não poderão participar desta Dispensa de Licitação os fornecedores:

2.2.1. Que não sejam do ramo pertinente e compatível com o objeto licitado ou não atendam às condições estabelecidas neste Termo de Dispensa e seu(s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

e) O fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3. As formas societárias enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas que desejarem usufruir do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverão:

a) Declarar em campo próprio na plataforma AMM LICITA, que se enquadra como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada.

- b) Comprovar esta condição por meio da apresentação de um dos seguintes documentos: Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, datada de no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data da Dispensa Eletrônica ou no caso de microempreendedor individual - MEI apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual expedido pela Receita da Fazenda;
- c) Apresentar declaração emitida por profissional contábil ou pelo responsável legal que ateste o real enquadramento da fornecedora tendo vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei 14.133/2021:

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

2.3.1. Para as formas societárias enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte, em cumprimento ao art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, caso haja alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento que for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

2.3.2. A não regularização da documentação no prazo aqui previsto implicará na decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

2.3.3. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº 123/2006, fornecedores que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no art. 3º da referida Lei.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Termo de Referência, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

3.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento ou prestação dos serviços;

3.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.10. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.11. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.11.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.11.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.11.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Termo de Referência e seus anexos;

3.11.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.11.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.11.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das **08:00 horas** da data estabelecida no neste Termo, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.1.1. A etapa de lances terá duração de **06 (seis) horas**, sendo encerrada às **14:00h**.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.

4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Termo de Dispensa Eletrônica.

- 4.6.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta será de R\$0,01 a R\$ 50,00 (Cinquenta reais), conforme indicado na plataforma.
- 4.7.** Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.8.** Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.9.** Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.10.** Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.11.** O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 5.1.** Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2.** No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 5.3.** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 5.4.** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.5.** Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 5.6.** Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 5.7.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.8.** A proposta enviada deve informar:
- 5.8.1. Dados cadastrais do fornecedor;
 - 5.8.2. Local de entrega;
 - 5.8.3. Prazo de entrega;
 - 5.8.4. Prazo de pagamento;
 - 5.8.5. Dados bancários do fornecedor.
- 5.9.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.10.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

- 5.11.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.12.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.13.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.14.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.15.** Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Termo de Dispensa.**

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do TERMO DE REFERÊNCIA - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste Termo de Dispensa e serão solicitados ao fornecedor vencedor.

6.1.1. A documentação de habilitação consistirá de no mínimo os seguintes documentos, que deverão ser inseridos na plataforma eletrônica:

- a) Ato constitutivo ou documento correspondente de criação da empresa, na versão mais recente.
- b) Inscrição no CNPJ se pessoa jurídica ou CPF se pessoa física;
- c) Documento de identificação do responsável legal;
- d) Certidão de regularidade Federal e da Seguridade Social;
- e) Certidão de regularidade do FGTS;
- f) Certidão de regularidade para com o Município de Poços de Caldas, se aqui estabelecida;
- g) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT);
- h) Comprovação de ME/EPP/MEI, se for o caso, **conforme disposto no item 2.3.**

i) **Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante**, sendo admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

6.1.2. Documentação de qualificação técnica a ser apresentada:

a) **Catálogo do fabricante, ou documento correspondente contendo as características técnicas do produto ofertado, em língua portuguesa, para comprovação da conformidade do produto ofertado com as especificações exigidas neste edital, incluindo-se a ABNT/NBR quando exigido no Termo de Referência.**

b) **Atestado (s) de fornecimento de objeto similar ao licitado em características, quantidades e prazos, emitido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, que comprove o bom desempenho do licitante e o correto cumprimento das obrigações**

contratuais. Poderão ser apresentados quantos atestados forem necessários para a comprovação da capacidade técnica da licitante.

O atestado deverá conter a razão social, CNPJ, endereço e telefone ou e-mail de contato da empresa emitente, informações a respeito do objeto, do fornecimento, período de vigência, data, identificação e assinatura do responsável, se reservando o Pregoeiro o direito de promover diligência para esclarecimentos que julgar pertinente.

6.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos no Termo de Referência e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.4. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido no Termo de Referência.

6.5. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitida a Autorização de Fornecimento ou Serviços.

7.1.1. Nos termos do art. 95 da Lei 14.133/2021 o instrumento de contrato será substituído por outro instrumento hábil, como autorização de fornecimento ou ordem de execução de serviço, ou ainda nota de empenho de despesa ou carta-contrato, nas hipóteses de dispensa de licitação em razão de valor e em compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, assim considerados os de entrega em até 30 (trinta) dias, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato (quando for o caso) ou acusar o recebimento do instrumento equivalente, (Autorização de Fornecimento / Ordem de Serviços / Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo.

7.3. O prazo previsto para assinatura do Contrato ou aceitação da Autorização de Fornecimento / Ordem de Serviços / Nota de Empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.4. O Aceite da Autorização de Fornecimento / Ordem de Serviços / Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica o reconhecimento de que:

7.4.1. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Termo de Referência e seus anexos;

7.4.2. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.5. O prazo de vigência da contratação é pelo período de:30 (trinta) dias.

7.6. Na assinatura do Contrato ou na emissão do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas no Termo de Referência, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência contratual.

7.7. DA COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE:

7.7.1. No ato da entrega, a fornecedora vencedora deverá comprovar que o produto ofertado atende às normas técnicas da ABNT/NBR e demais aplicáveis, devendo apresentar juntamente com as notas fiscais, laudos de inspeção/ensaios mecânicos, emitidos por entidades públicas ou privadas de reconhecida capacidade técnica com laboratório de ensaio acreditado pelo INMETRO que preste serviço similar.

7.7.2. Os ensaios/laudos deverão conter o número da nota fiscal ou do lote de fabricação, o número da licitação ou da autorização de fornecimento expedida pelo DMAE, os resultados dos ensaios realizados, normas técnicas aplicadas, parâmetros de aceitação/rejeição e análise conclusiva, com assinatura e identificação do responsável.

8. DAS SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução total ou parcial do Contrato;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.4. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado;

8.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

8.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta contratação;

8.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.2.1. Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.8;

8.2.3. Impedimento de licitar e contratar com o DMAE, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Termo de Dispensa, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.4. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Poços de Caldas, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Termo de Dispensa, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos do subitem 8.1.8, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, após devida análise jurídica;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.7. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Termo.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O procedimento final será divulgado no site da AMM Licita e no PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas.

9.2. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.3. Em caso de divergência entre disposições deste Termo de Referência e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Termo de Referência.

9.4. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei 14.133/2021 cabem recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.4.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada de forma imediata e motivada na plataforma, logo após a declaração do vencedor, sendo o prazo máximo para a manifestação de até 30 (trinta) minutos, devendo o interessado apresentar as razões do recurso devidamente fundamentado em até 03 (três) dias úteis.

9.4.2. No caso de eventual ocorrência de licitação deserta (sem comparecimento de nenhum interessado) este procedimento poderá ser republicado.

9.4.3. No caso de eventual ocorrência de licitação deserta ou fracassada (quando todos forem desclassificados ou inabilitados), nos termos do Decreto Municipal nº 14.226/2023 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 no seu art. 22, **é possível a contratação de proposta obtida na fase de pesquisa de preços que serviu de base ao orçamento estimado do procedimento**, se houver, privilegiando-se sempre os menores preços na ordem de classificação, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10. DOS ANEXOS

Integram este Termo de Dispensa de Licitação Eletrônica, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

ANEXO III – MINUTA DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

Poços de Caldas, 06 de agosto de 2026

José Valdeci Leda
Autoridade Competente
Portaria nº 18/2025

Nossa fonte de orgulho

RESUMO - DISPENSA DE LICITAÇÃO LEI 14.133/2021

ART 75 – II – BENS E SERVIÇOS COMUNS

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 49/2026

PROCESSO Nº 90/2026

Julgamento: **Menor Preço Por Item**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE REDUÇÕES CONCÊNTRICA E EXCÊNTRICA EM AÇO E VÁLVULA DE RETENÇÃO PARA SISTEMA DE RECALQUE DA ETA-V A ETA-IV / PRESÍDIO / DISTRITO INDUSTRIAL / CAMPO ALEGRE / UNIFAL / SERRAS ALTAS

Seq.	Descrição	Und	Qtd.	Valor estimado unitário
1	VÁLVULA DE RETENÇÃO - PORTINHOLA DUPLA TIPO WAFER DN 200 PN 16 - VÁLVULA DE RETENÇÃO - PORTINHOLA DUPLA TIPO WAFER DN 200 PN 16 - Com disco de poliuretano - Montagem entre flanges. Modelo Sugerido: Klazar.	PÇ	2,00	R\$1.946,05
2	REDUÇÃO CONCÊNTRICA DN 100 X 65 FF (FLANGE FLANGE) - PN 16 - L=0,30 M, EM AÇO 1020, COM PINTURA EM EPÓXI - REDUÇÃO CONCÊNTRICA DN 100 X 65 FF (FLANGE FLANGE) - PN 16 - L=0,30 M, EM AÇO 1020, COM PINTURA EM EPÓXI FLANGES PADRÃO: ANSI B16.1 125lb	UN	2,00	R\$2.500,00
3	REDUÇÃO EXCÊNTRICA COM FLANGES DN 300 X 100 - PN 10 - L=0,38 M, EM AÇO 1020, COM PINTURA EM EPÓXI. - REDUÇÃO EXCÊNTRICA COM FLANGES DN 300 X 100 - PN 10 - L=0,38 M, EM AÇO 1020, COM PINTURA EM EPÓXI. FLANGES PADRÃO: ANSI B16.1 125lb	PÇ	2,00	R\$2.650,00
4	REDUÇÃO CONCÊNTRICA COM FLANGES DN 250 X 80 - PN 16 - L=0,225 M, EM AÇO 1020, COM PINTURA EM EPÓXI. - REDUÇÃO CONCÊNTRICA COM FLANGES DN 250 X 80 - PN 16 - L=0,225 M, EM AÇO 1020, COM PINTURA EM EPÓXI. FLANGES PADRÃO: ANSI B16.1 125lb	PÇ	2,00	R\$2.450,00

SOLICITAÇÃO: 141, 142, 174/2026**UNID. SOLICITANTE:** SEÇÃO DE PROJETOS E FISCALIZAÇÃO

FINALIDADE: A presente contratação fundamenta-se na necessidade de aquisição de conexões complementares destinadas à instalação no sistema de recalque da ETA V para atendimento ao Distrito Industrial, Campo Alegre, UNIFAL e Serras Altas, visando à conclusão da montagem do barrilete da nova EEAT ETA V/Campo Alegre, obra projetada e executada por esta unidade solicitante do DMAE.

Durante a etapa de montagem e compatibilização do barrilete em campo, foram identificadas necessidades técnicas supervenientes indispensáveis à correta instalação e operação do sistema, consistentes na aquisição de uma redução concêntrica sob medida DN 65, compatível com o diâmetro da bomba já fornecida, e de uma válvula tipo wafer de portinhola dupla.

A redução concêntrica requerida trata-se de peça específica e fabricada sob medida, não disponível para pronta aquisição junto aos fornecedores convencionais de conexões em ferro fundido, sendo necessária para garantir a adequação hidráulica e mecânica da interligação do conjunto motobomba ao novo barrilete.

Já a válvula tipo wafer de portinhola dupla mostra-se necessária para possibilitar melhor posicionamento e configuração da nova tubulação de recalque, evitando interferência física e sobreposição com a linha de recalque existente da EEAT Jardim Esperança, assegurando maior segurança operacional, facilidade de manutenção e adequada disposição das linhas hidráulicas.

PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO: 30 DIAS

VIGÊNCIA: 30 DIAS

LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO: ALMOXARIFADO DMAE - Rua Sebastião Thomás de Oliveira, 176 - Bairro Santa Rosália CEP 37.704-083

GESTOR RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO: ALINNE EULECIA DA SILVA

FISCAL DA CONTRATAÇÃO: ANTÔNIO ROBERTO MENEZES

CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência

Red.	Dotação Orçamentária	Conta Econômica	Descrição
1525	04.02.01-4490.51.00-17.512.1702-5.002	OBRAS E INSTALAÇÕES	SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
1538	04.02.01-3390.30.00-17.512.1702-6.002	MATERIAL DE CONSUMO	ATIVIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENGENHARIA - SPE
1543	04.02.01-3390.30.00-17.512.1702-6.003	MATERIAL DE CONSUMO	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SPE - SISTEMA DE ESGOTO

VALOR ESTIMADO DO PROCESSO: R\$19.092,10

Nossa fonte de orgulho

José Valdeci Leda
Autoridade Competente
Portaria nº 18/2025

LICITAÇÃO MODALIDADE DISPENSA Nº 49/2026

PROCESSO Nº 90/2026

Tipo: **Menor Preço Unitário**

OBJETO : AQUISIÇÃO DE REDUÇÕES CONCÊNTRICA E EXCÊNTRICA EM AÇO E VÁLVULA DE RETENÇÃO PARA SISTEMA DE RECALQUE DA ETA-V A ETA-IV / PRESÍDIO / DISTRITO INDUSTRIAL / CAMPO ALEGRE / UNIFAL / SERRAS ALTAS

JUSTIFICATIVAS

Da aplicação dos benefícios da LC 123/2006

Esta Licitação **não será destinada à participação exclusiva** de ME, EPP, ou MEI, ou com reserva de cotas para estas, conforme previsto no art. 48 incisos I, II e III da LC 123/2006, por **não** termos detectado a existência no mercado local ou regional, assim considerado a microrregião do município de Poços de Caldas, sul de Minas Gerais, onde está sediado o DMAE, bem como vizinha microrregião quantidade suficiente de fornecedores enquadrados como ME, EPP ou equiparadas, capazes de atender ao objeto licitado e cumprir as exigências do edital e por entendermos que a potencial restrição oferecida, poderá ocasionar prejuízo à disputa e principalmente à economia de escala a ser obtida, não sendo portanto vantajosa ao DMAE, nos termos dos incisos II e III do art. 49 da LC 147/2014, pois para este objeto verificamos que a disputa pode ser realizada por fabricantes e/ou distribuidores e/ou revendas do ramo pertinente ao objeto. **Sendo assim, será aplicada a preferência de contratação prevista no art. 44 da LC 123/06.**

Da vedação à participação de empresas consorciadas

O edital não possibilitará a participação de empresas consorciadas, pois considera-se que nos termos do art. 14 da Lei n. 14.133/2021, tal permissão é excepcional e específica, a depender do juízo de oportunidade e conveniência da Administração. Conforme leciona Marçal Justen Filho, *"a formação de consórcios de empresas só tem sentido para a possível execução de objetos extraordinários, vultosos, altamente complexos ou inauditos."* No caso em tela, considerou tratar-se de mera compra/contratação de materiais/serviços, a serem realizadas por empresas presentes em quantidade razoável no mercado, não envolvendo portanto, contratação extraordinária ou excepcional.

Nossa fonte de orgulho

José Valdeci Leda
Autoridade Competente
Portaria nº 18/2025

ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS/CONTRATAÇÕES DIRETAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO – ART. 75 - INCISO II – LEI 14.133/2021
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS DE BAIXO VALOR

UNIDADE SOLICITANTE: SPE-4 – SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS

RESPONSÁVEL: ALINNE EULÉCIA DA SILVA

SOLICITAÇÃO Nº: 141/2026 142/2026

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo a aquisição de conexões destinadas à instalação no sistema de recalque da ETA V para o Distrito Industrial / Campo Alegre / Unifal e Serras Altas nas características e quantidades definidas na especificação deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A presente contratação fundamenta-se na necessidade de aquisição de conexões complementares destinadas à instalação no sistema de recalque da ETA V para atendimento ao Distrito Industrial, Campo Alegre, UNIFAL e Serras Altas, visando à conclusão da montagem do barrilete da nova EEAT ETA V/Campo Alegre, obra projetada e executada por esta unidade solicitante do DMAE.

Durante a etapa de montagem e compatibilização do barrilete em campo, foram identificadas necessidades técnicas supervenientes indispensáveis à correta instalação e operação do sistema, consistentes na aquisição de uma redução concêntrica sob medida DN 65, compatível com o diâmetro da bomba já fornecida, e de uma válvula tipo wafer de portinhola dupla.

A redução concêntrica requerida trata-se de peça específica e fabricada sob medida, não disponível para pronta aquisição junto aos fornecedores convencionais de conexões em ferro fundido, sendo necessária para garantir a adequação hidráulica e mecânica da interligação do conjunto motobomba ao novo barrilete.

Já a válvula tipo wafer de portinhola dupla mostra-se necessária para possibilitar melhor posicionamento e configuração da nova tubulação de recalque, evitando interferência física e sobreposição com a linha de recalque existente da EEAT Jardim Esperança, assegurando maior segurança operacional, facilidade de manutenção e adequada disposição das linhas hidráulicas.

Dessa forma, a aquisição dos referidos itens é indispensável para a conclusão da montagem do sistema, garantindo a plena funcionalidade da nova estrutura de recalque e a continuidade das ações de ampliação e melhoria do abastecimento de água da região atendida.

3. DO PROCESSO DE AQUISIÇÃO

3.1. A aquisição deverá ser efetuada por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, nos termos do **inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021**, tendo em vista se tratar **bens ou serviços comuns, em que o valor estimado da contratação é inferior ao limite estabelecido** e em observância ao §1º do mesmo artigo verificou-se que o somatório do que foi despendido neste exercício com objetos de mesma natureza, assim considerados aqueles relativos ao mesmo ramo de atividade, **não supera o limite estabelecido**.

3.1.1. Nos termos do § 3º do art. 75 as contratações de que tratam os incisos I e II do **art. 75** (dispensa por valor) serão precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial,

pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

3.2. Do Agrupamento em Lotes: Os itens a serem adquiridos foram agrupados em Lotes de itens de mesma natureza e que possuem relação entre si, levando em conta as peculiaridades do mercado, de forma a contribuir para a obtenção de melhores preços devido à economia de escala a ser obtida, em função do maior volume de itens e valores a serem negociados, mostrando-se mais atrativo aos fornecedores, resultando em maior economicidade e celeridade tanto na disputa quanto na execução do processo como um todo, além de contribuir para maior eficiência em razão do menor número de contratos a serem celebrados e geridos e por consequência da necessidade da utilização de menor quantidade de recursos humanos envolvidos, resultando em melhor controle pela Administração.

3.3. Do valor estimado da contratação: Após realização de pesquisa de preços, verificou-se que o valor previamente estimado da contratação, conforme o Anexo I-A deste Termo é compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto, nos termos do art. 23 da Lei 14.133/2021.

3.4. Da adequação orçamentária: O valor estimado da despesa é compatível com a prevista e existente no orçamento do DMAE, conforme certidão de existência de recursos orçamentários a ser juntada pela Divisão de Administração e Finanças correspondente ao valor previsto para utilização no exercício financeiro em curso, conforme o Anexo I-B;

3.5. Da contratação de ME/EPP: Nos termos do inciso IV do art. 49 da LC123/2006 esta contratação por Dispensa de Licitação deverá ser **preferencialmente** destinada à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1. Características exigidas: Definir a **especificação técnica completa do produto ou serviço**, incluídos sua natureza, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança, compreendendo a descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto e indicação das quantidades e unidades de compra:

Lote Item	Código	Descrição - Especificação do objeto	Un	Qtde
1	120626	REDUÇÃO CONCÊNTRICA COM FLANGES DN 100 X 65 – PN 16 - L=0,30 M, EM AÇO 1020, COM PINTURA EM EPÓXI. FLANGES PADRÃO: ANSI B16.1 125lb	un.	02
2	120606	VÁLVULA DE RETENÇÃO - PORTINHOLA DUPLA TIPO WAFER DN 200 PN 16 - Com disco de poliuretano - Montagem entre flanges. Modelo Sugerido: Klazar	un.	02

5. DAS CONDIÇÕES A SEREM EXIGIDAS DO VENCEDOR PARA A CONTRATAÇÃO**5.1. Requisitos mínimos de habilitação:**

- a) Inscrição no CNPJ se pessoa jurídica ou CPF se pessoa física;
- b) Ato Constitutivo conforme o enquadramento (contrato social, requerimento de empresário, certificado de MEI, etc...)
- c) Certidão de regularidade Federal e da Seguridade Social;
- d) Certidão de regularidade do FGTS;
- e) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

5.2. Requisitos mínimos de qualificação (Atenção manter somente o que for exigido):

- 5.2.1. Apresentar catálogo do fabricante ou documento similar, contendo as especificações do produto ofertado, para demonstração do atendimento ao objeto especificado neste Termo.
- 5.2.2. Apresentar atestado de fornecimento/prestação de serviços similar ao objeto licitado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a experiência e o bom desempenho anterior do fornecedor.
- 5.2.3. Apresentar comprovação de que o produto ofertado atende às normas técnicas da ABNT/NBR quando estabelecida na especificação do objeto.

5.3. Critérios de medição e de pagamento:

Prazo de pagamento: O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias corridos após o recebimento definitivo do produto ou serviço pela unidade solicitante que atestará na nota fiscal ou em formulário próprio e encaminhará ao Setor Financeiro para o pagamento que se dará através de depósito bancário.

6. PRAZO, LOCAL E FORMA DE ENTREGA**6.1. PRAZO DE ENTREGA**

O produto deverá ser entregue de acordo com a especificação proposta, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do primeiro dia subsequente ao do recebimento da Autorização de Fornecimento.

6.2. FORMA DE ENTREGA/EXECUÇÃO

- a) (☒) ÚNICA E INTEGRAL
- b) (☐) PARCELADA (☐) diária (☐) semanal (☐) quinzenal (☐) mensal
- c) (☐) PARCELADA conforme demanda

6.3. LOCAL DE ENTREGA E ENDEREÇO

Informar o local de entrega/execução, endereço completo e outras informações necessárias:

- 6.3.1. O produto deverá ser entregue no ALMOXARIFADO CENTRAL do DMAE, situado na Rua Sebastião Tomás de Oliveira, 176, Bairro Santa Rosália, CEP 37.704-083 em horário

comercial, de 8h30m às 17h, de segunda a sexta-feira, nos dias em que houver expediente.

6.4. COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE:

- 6.4.1. No ato da entrega, a fornecedora vencedora deverá comprovar que o produto ofertado atende às normas técnicas da ABNT/NBR e demais aplicáveis, devendo apresentar juntamente com as notas fiscais, laudos de inspeção/ensaios mecânicos, emitidos por entidades públicas ou privadas de reconhecida capacidade técnica com laboratório de ensaio acreditado pelo INMETRO que preste serviço similar.
- 6.4.2. **Os ensaios/laudos deverão conter o número da nota fiscal ou do lote de fabricação, o número da licitação ou da autorização de fornecimento expedida pelo DMAE, os resultados dos ensaios realizados, normas técnicas aplicadas, parâmetros de aceitação/rejeição e análise conclusiva, com assinatura e identificação do responsável.**

7. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

7.1. O recebimento do objeto será feito em duas etapas, conforme abaixo:

- 7.1.1. **Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação exigida. No local de entrega, servidor designado fará o recebimento do produto ou serviço limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal e com a existência de prévia Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço emitida, fazendo constar no canhoto e no verso da Nota a data da entrega do bem e, se for o caso, as irregularidades observadas;
- 7.1.2. **Definitivamente**, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação pelo gestor ou fiscal da contratação, da conformidade do produto/serviço entregue com a especificação exigida.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:

- 8.1.1. Proporcionar todas as facilidades necessárias, para que a Contratada possa cumprir as condições estabelecidas neste Termo;
- 8.1.2. Efetuar, no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo, o pagamento devido à Contratada;
- 8.1.3. Conferir e receber, definitivamente, os produtos ou serviços entregues;
- 8.1.4. Comunicar prontamente à Contratada toda e qualquer anormalidade do produto ou serviço sob garantia, bem como prestar as informações e os esclarecimentos que sejam solicitados pelos técnicos da Contratada;
- 8.1.5. Notificar, formalmente por escrito ou por qualquer meio eletrônico a constatação de quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento, indicando os motivos de eventuais recusas dos produtos e fixando prazo para a substituição correspondente;
- 8.1.6. Permitir o acesso dos empregados da empresa contratada às suas dependências, quando necessário, para avaliação ou outra providência necessária relativa ao produto ou serviço fornecido;
- 8.1.7. Rejeitar, no todo ou em parte, o produto ou serviço entregue fora das especificações deste Termo;
- 8.1.8. Fiscalizar a entrega do produto, podendo sustar, recusar, solicitar fazer ou desfazer qualquer entrega ou execução que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Termo.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Constituem obrigações específicas da Contratada:

- 9.1.1. Entregar o produto rigorosamente no prazo estipulado, de acordo com a especificação, demais exigências contidas neste Termo e nas condições indicadas na sua proposta;
- 9.1.2. Substituir, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, o produto que for recusado, por desconformidade com a especificação;
- 9.1.3. Atender prontamente a Contratante, durante o prazo de garantia, quando solicitado;
- 9.1.4. Ressarcir à Contratante não só os prejuízos que decorram da falta de substituição do produto recusado, os danos que eventualmente sejam causados pela falta do produto, bem como os custos incorridos nas aquisições que o Contratante vier a fazer para atendimento de suas necessidades, enquanto não se efetivar a substituição devida pela Contratada;
- 9.1.5. Assumir toda a responsabilidade pelos encargos, inclusive os de natureza tributária e comercial, incidente sobre o fornecimento objeto deste Termo, cabendo-lhe, também, a responsabilidade, total e exclusiva pela reparação de quaisquer danos ou prejuízos causados a pessoas e a bens ou serviços do Contratante ou de terceiros, pela ação dos prepostos da Contratada, ou em virtude de manuseio ou utilização do produto por ela fornecida;
- 9.1.6. Responder por todas e quaisquer obrigações relativas a direitos de marcas e patentes, ficando esclarecido que o Contratante não aceitará qualquer imputação nesse sentido;
- 9.1.7. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 9.1.8. Cumprir fielmente o que estabelece o presente Termo de forma que o objeto entregue e esteja em perfeito funcionamento e dentro das normas técnicas e legais estabelecidas pelos órgãos competentes.

10. ELEMENTOS PARA GESTÃO CONTRATUAL

10.1. Para o fornecimento e garantia de todo o objeto, poderá ser formalizado Contrato Administrativo, o qual estabelecerá em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Termo de Referência e Proposta da empresa vencedora.

10.2. Nos termos do art. 95 da Lei 14.133/2021 o instrumento de contrato será substituído por outro instrumento hábil, como autorização de fornecimento ou ordem de execução de serviço, ou ainda nota de empenho de despesa ou carta-contrato, nas hipóteses de dispensa de licitação em razão de valor e em compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

10.3. Vigência contratual

10.3.1. Considerando o prazo de entrega/execução do objeto, o prazo de vigência contratual será de **30 (trinta) dias**, contados após a assinatura ou após o recebimento do instrumento que o substitua.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

11.1. O acompanhamento e fiscalização do fornecimento ou execução do objeto será exercida pelo DMAE através do servidora ALINNE EULÉCIA DA SILVA designado para a gestão da contratação e do servidor Eng.º ANTÔNIO ROBERTO MENEZES, designado para acompanhar a sua execução, registrando em relatório todas as ocorrências relacionadas com a entrega e execução contratual, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

11.2. As situações que demandarem decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal da Contratação serão comunicadas em tempo hábil aos seus superiores, para

adoção das medidas convenientes, consoante disposto no art. 117, da Lei nº. 14.133/2021.

- 11.3.** Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 11.4.** É direito da fiscalização rejeitar quaisquer serviços ou fornecimento, quando entender que a sua execução está irregular e/ou que os materiais empregados não são os especificados.
- 11.5.** O DMAE comunicará à empresa fornecedora, por escrito, os defeitos porventura verificados nos produtos, devendo esta providenciar as substituições dos mesmos, no prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis.
- 11.6.** A existência da fiscalização pelo DMAE não elide nem diminui a responsabilidade da empresa vencedora.

12. CONTATO TÉCNICO

- 12.1.** Os contatos que se fizerem necessários, que envolvam assuntos relacionados ao objeto deste Termo de Referência, poderão ser mantidos com Eng.º ANTÔNIO ROBERTO MENEZES, pelos telefones (35) 3697-0600 ramais 7086 pelo WhatsApp (35) 99720-9779, ou e-mail menezes@dmaepc.mg.gov.br.

Poços de Caldas, 17 de Abril de 2026.

Alinne Eulécia da Silva
Supervisora

Seção de Planejamento e Fiscalização
Divisão de Engenharia e Fiscalização
DMAE – Poços de CALDAS
9124

Maurício Kato da Silva
Gerente

Divisão de Engenharia e Fiscalização
DMAE – Poços de CALDAS
2861

Nossa fonte de orgulho

TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS/CONTRATAÇÕES DIRETAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO – ART. 75 - INCISO II – LEI 14.133/2021

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS DE BAIXO VALOR

UNIDADE SOLICITANTE: SPE-4 – SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS

RESPONSÁVEL: ALINNE EULÉCIA DA SILVA

SOLICITAÇÃO Nº: 174/2026

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo a aquisição de conexões destinadas à instalação no sistema de recalque da ETA V para a ETA IV e Presídionas características e quantidades definidas na especificação deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A presente contratação fundamenta-se na necessidade de aquisição de conexões complementares destinadas à instalação no sistema de recalque da ETA V para atendimento ao Presídio, visando a adequação do barrilete da EEAT ETA V/ETA IV, obra projetada e executada pelo DMAE.

Durante a etapa de montagem e compatibilização do barrilete, foram identificadas necessidades técnicas supervenientes indispensáveis à correta instalação e operação do sistema, consistentes na aquisição de reduções concêntricas e excêntricas sob medida, compatíveis com os diâmetros de sucção e de pressão da bomba já adquirida.

As reduções em pauta tratam-se de peças específicas e fabricadas sob medida, não disponíveis para pronta aquisição junto aos fornecedores convencionais de conexões em ferro fundido, sendo necessária para garantir a adequação hidráulica e mecânica da interligação do novo conjunto motobomba ao barrilete existente.

Dessa forma, a aquisição dos referidos itens é indispensável para a conclusão da montagem do sistema, garantindo a plena funcionalidade da nova estrutura de recalque e a continuidade das ações de ampliação e melhoria do abastecimento de água da região atendida.

3. DO PROCESSO DE AQUISIÇÃO

3.1. A aquisição deverá ser efetuada por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, nos termos do **inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021**, tendo em vista se tratar **bens ou serviços comuns, em que o valor estimado da contratação é inferior ao limite estabelecido** e em observância ao §1º do mesmo artigo verificou-se que o somatório do que foi despendido neste exercício com objetos de mesma natureza, assim considerados aqueles relativos ao mesmo ramo de atividade, **não supera o limite estabelecido**.

3.1.1. Nos termos do § 3º do art. 75 as contratações de que tratam os incisos I e II do **art. 75** (dispensa por valor) serão precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse

da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

3.2. Do Agrupamento em Lotes: Não se aplica.

3.3. Do valor estimado da contratação: Após realização de pesquisa de preços, verificou-se que o valor previamente estimado da contratação, conforme o Anexo I-A deste Termo é compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto, nos termos do art. 23 da Lei 14.133/2021.

3.4. Da adequação orçamentária: O valor estimado da despesa é compatível com a prevista e existente no orçamento do DMAE, conforme certidão de existência de recursos orçamentários a ser juntada pela Divisão de Administração e Finanças correspondente ao valor previsto para utilização no exercício financeiro em curso, conforme o Anexo I-B;

3.5. Da contratação de ME/EPP: Nos termos do inciso IV do art. 49 da LC123/2006 esta contratação por Dispensa de Licitação deverá ser **preferencialmente** destinada à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1. Características exigidas: Definir a **especificação técnica completa do produto ou serviço**, incluídos sua natureza, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança, compreendendo a descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto e indicação das quantidades e unidades de compra:

Lote	Código	Descrição - Especificação do objeto	Un	Qtde
Item				
1		REDUÇÃO CONCÊNTRICA COM FLANGES DN 250 X 80 – PN 16 - L=0,21 M, EM AÇO 1020, COM PINTURA EM EPÓXI. FLANGES PADRÃO: ANSI B16.1 125lb	un.	02
2		REDUÇÃO EXCÊNTRICA COM FLANGES DN 300 X 100 – PN 10 - L=0,38 M, EM AÇO 1020, COM PINTURA EM EPÓXI. FLANGES PADRÃO: ANSI B16.1 125lb	un.	02

5. DAS CONDIÇÕES A SEREM EXIGIDAS DO VENCEDOR PARA A CONTRATAÇÃO

5.1. Requisitos mínimos de habilitação:

- f) Inscrição no CNPJ se pessoa jurídica ou CPF se pessoa física;
- g) Ato Constitutivo conforme o enquadramento (contrato social, requerimento de empresário, certificado de MEI, etc...)

- h) Certidão de regularidade Federal e da Seguridade Social;
- i) Certidão de regularidade do FGTS;
- j) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

5.2. Requisitos mínimos de qualificação (Atenção manter somente o que for exigido):

- 5.2.1. Apresentar catálogo do fabricante ou documento similar, contendo as especificações do produto ofertado, para demonstração do atendimento ao objeto especificado neste Termo.
- 5.2.2. Apresentar atestado de fornecimento/prestação de serviços similar ao objeto licitado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a experiência e o bom desempenho anterior do fornecedor.
- 5.2.3. Apresentar comprovação de que o produto ofertado atende às normas técnicas da ABNT/NBR quando estabelecida na especificação do objeto.

5.3. Critérios de medição e de pagamento:

Prazo de pagamento: O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias corridos após o recebimento definitivo do produto ou serviço pela unidade solicitante que atestará na nota fiscal ou em formulário próprio e encaminhará ao Setor Financeiro para o pagamento que se dará através de depósito bancário.

6. PRAZO, LOCAL E FORMA DE ENTREGA

6.1. PRAZO DE ENTREGA

O produto deverá ser entregue de acordo com a especificação proposta, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do primeiro dia subsequente ao do recebimento da Autorização de Fornecimento.

6.2. FORMA DE ENTREGA/EXECUÇÃO

- a) ☒ ÚNICA E INTEGRAL
- b) ☐ PARCELADA ☐ diária ☐ semanal ☐ quinzenal ☐ mensal
- c) ☐ PARCELADA conforme demanda

6.3. LOCAL DE ENTREGA E ENDEREÇO

Informar o local de entrega/execução, endereço completo e outras informações necessárias:

- 6.3.1. O produto deverá ser entregue no ALMOXARIFADO CENTRAL do DMAE, situado na Rua Sebastião Tomás de Oliveira, 176, Bairro Santa Rosália, CEP 37.704-083 em horário comercial, de 8h30m às 17h, de segunda a sexta-feira, nos dias em que houver expediente.

6.4. COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE:

- 6.4.1. No ato da entrega, a fornecedora vencedora deverá comprovar que o produto ofertado atende às normas técnicas da ABNT/NBR e demais aplicáveis, devendo apresentar juntamente com as notas

fiscais, laudos de inspeção/ensaios mecânicos, emitidos por entidades públicas ou privadas de reconhecida capacidade técnica com laboratório de ensaio acreditado pelo INMETRO que preste serviço similar.

- 6.4.2. **Os ensaios/laudos deverão conter o número da nota fiscal ou do lote de fabricação, o número da licitação ou da autorização de fornecimento expedida pelo DMAE, os resultados dos ensaios realizados, normas técnicas aplicadas, parâmetros de aceitação/rejeição e análise conclusiva, com assinatura e identificação do responsável.**

TAL COMPROVAÇÃO SE FAZ NECESSÁRIA EM FUNÇÃO DA PRESSÃO QUE AS REDUÇÕES ESTARÃO SUJEITAS (VALORES ACIMA DOS 100 METROS COLUNA D'ÁGUA) E PELA EXATA PRECISÃO DOS FUROS DOS FLANGES E DIMENSÕES QUE DEVERÃO SER TOTALMENTE COMPATÍVEIS COM OS FLANGES DE FERRO FUNDIDO DAS CONEXÕES JÁ INSTALADAS E COM O ESPAÇO EXISTENTE, PERMITINDO A MONTAGEM DOS NOVOS CONJUNTOS MOTOBOMBAS SEM A NECESSIDADE DE MUDANÇA NOS BARRILETES DE RECALQUE E DE SUÇÃO, O QUE CAUSARIA DESABASTECIMENTO POR VÁRIOS DIAS EM GRANDE PARTE DA ZONA SUL, CONFORME CITADO NO MAPA DE RISCOS.

7. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

7.1. O recebimento do objeto será feito em duas etapas, conforme abaixo:

- 7.1.1. **Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação exigida. No local de entrega, servidor designado fará o recebimento do produto ou serviço limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal e com a existência de prévia Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço emitida, fazendo constar no canhoto e no verso da Nota a data da entrega do bem e, se for o caso, as irregularidades observadas;
- 7.1.2. **Definitivamente**, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação pelo gestor ou fiscal da contratação, da conformidade do produto/serviço entregue com a especificação exigida.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:

- 8.1.1. Proporcionar todas as facilidades necessárias, para que a Contratada possa cumprir as condições estabelecidas neste Termo;
- 8.1.2. Efetuar, no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo, o pagamento devido à Contratada;
- 8.1.3. Conferir e receber, definitivamente, os produtos ou serviços entregues;
- 8.1.4. Comunicar prontamente à Contratada toda e qualquer anormalidade do produto ou serviço sob garantia, bem como prestar as informações e os esclarecimentos que sejam solicitados pelos técnicos da Contratada;
- 8.1.5. Notificar, formalmente por escrito ou por qualquer meio eletrônico a constatação de quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento, indicando os motivos de eventuais recusas dos produtos e fixando prazo para a substituição correspondente;
- 8.1.6. Permitir o acesso dos empregados da empresa contratada às suas dependências, quando necessário, para avaliação ou outra providência necessária relativa ao produto ou serviço fornecido;
- 8.1.7. Rejeitar, no todo ou em parte, o produto ou serviço entregue fora das especificações deste Termo;
- 8.1.8. Fiscalizar a entrega do produto, podendo sustar, recusar, solicitar fazer ou desfazer qualquer entrega ou execução que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Termo.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Constituem obrigações específicas da Contratada:

- 9.1.1. Entregar o produto rigorosamente no prazo estipulado, de acordo com a especificação, demais exigências contidas neste Termo e nas condições indicadas na sua proposta;
- 9.1.2. Substituir, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, o produto que for recusado, por desconformidade com a especificação;
- 9.1.3. Atender prontamente a Contratante, durante o prazo de garantia, quando solicitado;
- 9.1.4. Ressarcir à Contratante não só os prejuízos que decorram da falta de substituição do produto recusado, os danos que eventualmente sejam causados pela falta do produto, bem como os custos incorridos nas aquisições que o Contratante vier a fazer para atendimento de suas necessidades, enquanto não se efetivar a substituição devida pela Contratada;
- 9.1.5. Assumir toda a responsabilidade pelos encargos, inclusive os de natureza tributária e comercial, incidente sobre o fornecimento objeto deste Termo, cabendo-lhe, também, a responsabilidade, total e exclusiva pela reparação de quaisquer danos ou prejuízos causados a pessoas e a bens ou serviços do Contratante ou de terceiros, pela ação dos prepostos da Contratada, ou em virtude de manuseio ou utilização do produto por ela fornecida;
- 9.1.6. Responder por todas e quaisquer obrigações relativas a direitos de marcas e patentes, ficando esclarecido que o Contratante não aceitará qualquer imputação nesse sentido;
- 9.1.7. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 9.1.8. Cumprir fielmente o que estabelece o presente Termo de forma que o objeto entregue e esteja em perfeito funcionamento e dentro das normas técnicas e legais estabelecidas pelos órgãos competentes.

10. ELEMENTOS PARA GESTÃO CONTRATUAL

- 10.1. Para o fornecimento e garantia de todo o objeto, poderá ser formalizado Contrato Administrativo, o qual estabelecerá em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Termo de Referência e Proposta da empresa vencedora.
- 10.2. Nos termos do art. 95 da Lei 14.133/2021 o instrumento de contrato será substituído por outro instrumento hábil, como autorização de fornecimento ou ordem de execução de serviço, ou ainda nota de empenho de despesa ou carta-contrato, nas hipóteses de dispensa de licitação em razão de valor e em compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.
- 10.3. **Vigência contratual**
 - 10.3.1. Considerando o prazo de entrega/execução do objeto, o prazo de vigência contratual será de 30 dias, contados após a assinatura ou após o recebimento do instrumento que o substitua.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 11.1. O acompanhamento e fiscalização do fornecimento ou execução do objeto será exercida pelo DMAE através do servidor(a) ALINNE EULÉCIA DA SILVA designado para a gestão da contratação e do servidor Eng.º ANTÔNIO ROBERTO MENEZES, designado para acompanhar a sua execução, registrando em relatório todas as ocorrências relacionadas com a entrega e execução contratual, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
- 11.2. As situações que demandarem decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal da Contratação serão comunicadas em tempo hábil aos seus superiores, para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no art. 117, da Lei nº. 14.133/2021.

- 11.3.** Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 11.4.** É direito da fiscalização rejeitar quaisquer serviços ou fornecimento, quando entender que a sua execução está irregular e/ou que os materiais empregados não são os especificados.
- 11.5.** O DMAE comunicará à empresa fornecedora, por escrito, os defeitos porventura verificados nos produtos, devendo esta providenciar as substituições dos mesmos, no prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis.
- 11.6.** A existência da fiscalização pelo DMAE não elide nem diminui a responsabilidade da empresa vencedora.

12. CONTATO TÉCNICO

- 12.1.** Os contatos que se fizerem necessários, que envolvam assuntos relacionados ao objeto deste Termo de Referência, poderão ser mantidos com Eng.º ANTÔNIO ROBERTO MENEZES, pelos telefones (35) 3697-0600 ramais 7086 pelo Whatsapp (35) 98432-9300, ou e-mail menezes@dmaepc.mg.gov.br.

Poços de Caldas, 03 de junho de 2026.

Revisado em 29/07/2026

Antonio Roberto Menezes
Analista de Engenharia II
Seção de Planejamento e Fiscalização
Divisão de Engenharia e Fiscalização
DMAE – Poços de CALDAS
281

Alinne Eulécia da Silva
Supervisora
Seção de Planejamento e Fiscalização
Divisão de Engenharia e Fiscalização
DMAE – Poços de CALDAS
9124

ANEXO II - MODELO DECLARAÇÃO ENQUADRAMENTO

Dispensa Eletrônica nº

O licitante _____ CNPJ Nº _____,
DECLARA que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme o art. 18-A da Lei Complementar nº 123/2006.

() COOPERATIVA conforme [art. 34 da Lei nº 11.488 de 15/06/2007](#)

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes dos §§ 4º, 9º e 10º do art. 3º e que não está incluída em nenhuma das hipóteses de desenquadramento previstas no art. 18 –A da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Declara ainda não ter celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte no ano-calendário da realização desta licitação.

"A participação de empresa em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte sem preencher os requisitos necessários para tal, em razão de faturamento superior ao limite legal estabelecido, caracteriza fraude ao certame" ([Acórdão 107/2012-TCU-Plenário](#)).

_____, ____ de _____ de 2026.

(assinatura do responsável legal/CPF ou profissional contábil/nº CRC)

ANEXO III – MINUTA DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO



DMAE - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - MG

Página: 1

CNPJ: 17.851.361/0001-44

Telefone: (35) 3697-0685

Emissão: __/__/__

Exercício: 2026

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL ____/2026

Data: __/__/__

Status: EMITIDA EM: __/__/__

O FORNECEDOR _____, LOCALIZADA _____, CIDADE _____

CEP: _____, CNPJ: _____, TELEFONE: _____, EMAIL: _____, FICA AUTORIZADO(A) A

FORNECER OS SEGUINTE MATERIAIS:

Seq.	Código	Descrição	Marca/Modelo	UN	Quantidade	Unitário R\$	Total R\$
------	--------	-----------	--------------	----	------------	-----------------	--------------

Valor Total: R\$ _____

Valor (Extenso): _____

Prazo de Pagamento: _____

Prazo de Entrega: _____

Condição de Pagamento: _____

Endereço de Entrega: 110.000 - ALMOXARIFADO CENTRAL, Rua Sebastião Thomás de Oliveira, 176, Bairro Santa Rosália, Poços de Caldas, 37704-083.

Horário de Funcionamento: 08:00:00hrs as 17:00:00hrs.

Observação: 1) Na nota fiscal deverá constar a descrição completa do material ou serviço, os valores unitários e totais, o número desta Autorização de Fornecimento/Serviços e os dados bancários para o crédito do pagamento (Banco Ag. e nº da conta).

2) O DMAE não realizará pagamento através de Boleto Bancário.

3) Todas as despesas com frete, seguro e descarga dos materiais será por conta e risco do fornecedor, devendo estar inclusos na proposta.

4) Os materiais estarão sujeitos a inspeção e aprovação do responsável pelo recebimento, podendo ser recusados no caso de não atenderem ao solicitado.

5) O descumprimento do prazo de entrega ou quaisquer das disposições estabelecidas nesta Autorização de Fornecimento, sujeitará ao fornecedor os sanções previstas no contrato (se houver) na Lei nº 14.133/2021, além do estabelecido no Código de Defesa do Consumidor.

6) A contratada se obriga a observar e cumprir todas as normas regulamentadoras de segurança no trabalho.

7) As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar juntamente com a Nota Fiscal, o extrato gerado pelo sistema do Simples Nacional, referente ao mês anterior, devidamente assinado pelo sócio administrador da empresa, para efeito de retenção do ISSQN.

8) As notas fiscais de serviços deverão ser encaminhadas para o e-mail notasfiscais@dmaepc.mg.gov.br.

Dotação: _____

Fonte 1.501.00 - Outros Recursos não Vinculados

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Data: __/__/__

Relatório: Suprimentos -> Relatórios -> Formulários -> Aquisição -> Fase Contratual -> AF